

Há a ideia de “labirinto” no acesso à Justiça

Grande parte da população desconhece como funciona o apoio judiciário, conclui estudo de investigadores da Universidade de Coimbra

■ As sucessivas reformas no Direito de Família não têm correspondido a um melhor acesso à Justiça, por falta de coordenação entre instituições e de informação dos cidadãos, conclui um estudo, que será divulgado dia 27, em Coimbra.

Esta é uma das conclusões preliminares de um projecto de investigação sobre o acesso à Justiça e ao Direito da Família nos últimos 30 anos em Portugal, que está a ser realizado por João Pedroso e Patrícia Branco, investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

A velocidade a que decorrem as mudanças no Direito de Família «não tem sido acompanhada no que toca ao acesso à Justiça», disse à agência Lusa Patrícia Branco.

«Há, sobretudo, uma grande falta de informação por parte de quem acede (dos cidadãos) e uma falta de coordenação entre as várias entidades, que causa entorses ao bom funcionamento do sistema», sustentou a

especialista em Sociologia do Direito.

O sistema tem «muitas potencialidades» e, «no global, houve uma evolução positiva», mas «há um grande caminho a trilhar na articulação entre os vários actores, de forma a tornar o sistema mais coerente e permitir efectivar o acesso à Justiça», afirmou.

«O Estado talvez tenha ainda uma grande responsabilidade, para que se consiga efectivar as relações entre as instituições e acabar com a ideia do labirinto (do sistema)», considera Patrícia Branco, que fala na necessidade de «muitas campanhas de informação sobre os direitos que as pessoas têm».

O desconhecimento por parte dos cidadãos em como aceder à Justiça reflecte-se especialmente no apoio judiciário, a área em que se verificam «maiores entorses, mais do que no que toca aos interesses da criança».

«Há um grande desconhecimento como funciona o apoio judiciário, as pessoas não

sabem onde ir e como fazer, há uma barreira muito grande», disse.

Quanto ao serviço de mediação familiar, «ainda não passou a mensagem, existe ainda muita desconfiança», frisou.

A situação resulta «em prejuízo dos cidadãos e das famílias», sobretudo as que possuem menos recursos económicos.

«Por vezes, os prazos acabam por extinguir-se e os efeitos (das decisões) não surgem em tempo útil», alertou.

O projecto de investigação sobre “As mutações do acesso à Lei e à Justiça na União Europeia - o estudo de caso da Justiça da Família em Portugal” deverá ficar concluído no próximo ano.

As conclusões preliminares serão apresentadas no colóquio internacional sobre “O Acesso ao Direito e à Justiça da Família em Transformação”, em Coimbra, onde serão abordadas questões como o apoio judiciário, a construção de uma cidadania efectiva e a importância dos direitos humanos. |